COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.958, DE 2013

Apensado o PL 6.006, de 2013

Acrescenta art. 61-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para permitir a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Jefferson Campos

I - RELATÓRIO

A Proposição em tela, de autoria do Senado Federal, acrescenta dispositivo ao Capítulo X do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para permitir a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação, assegurada a sua inocuidade, nos termos do regulamento.

Foi apensado o PL 6.006, de 2013, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, que "Dispõe sobre a doação de alimentos às instituições de caridade"

Essa Proposição permite a doação de alimentos, inclusive sobras, em qualquer etapa da cadeia alimentar, desde que não tenha sido distribuída ou ofertada ao consumidor.

Define que o Governo e os doadores e donatários de alimentos são os responsáveis para avaliar qualidade dos alimentos objetos da doação. Veda a comercialização pelas entidades beneficiadas dos produtos doados.

A Sugestão foi apresentada pela ONG – Restituindo Vidas do Estado do Rio de Janeiro. Sua justificativa centra-se no fato de ainda existir milhões de brasileiros que passam fome e que o aproveitamento de alimentos não utilizados em condições de consumo poderia para melhorar esta situação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A matéria está sujeita à apreciação do Plenário.

II - VOTO DO RELATOR

Os avanços no combate à fome no Brasil não foram suficientes para eliminarmos o flagelo da fome, que, ainda, atinge milhões de brasileiros.

Por outro lado, em um contraste absurdo, estamos entre os primeiros países no ranking do desperdício de alimentos. Essa situação inaceitável tende a se perpetuar, caso não tomemos providências para disciplinar a matéria e permitir doações de alimentos não utilizados, mas em condições adequadas para serem consumidos.

Os dados do desperdício são inacreditáveis. Os números giram em torno de centenas e centenas de toneladas a cada ano.

Estudos apontam que, cerca de 30% de tudo que é produzido no campo não chega ao consumidor final, quando em países que cuidam melhor desta situação o desperdício é de 1/3 do que ocorre no Brasil.

Dentre os meios de lutar contra a fome, destaca-se, por todas as razões, o combate ao desperdício, pelo seu grande potencial de aproveitamento de toneladas de produtos perdidos a cada dia, em cada um dos municípios brasileiros.

Esse trabalho já ocorre por meio de programas governamentais, como o Projeto Banco de Alimentos, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tem abrangência em todo o Território Nacional, sendo considerados beneficiários do Projeto, os Municípios com população acima de 100.000 (cem mil)

habitantes. Além deste critério, são levados em consideração, segundo o MDS, para a seleção dos municípios: o índice de desenvolvimento humano (IDH-M), índice de vulnerabilidade social, índice de insegurança alimentar e nutricional (INSAN), a região onde se localiza o município, percentual de famílias atendidas pelo Bolsa Família, participação em outros programas de segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Mesmo com um alcance muito aquém das possibilidades, milhões são beneficiados, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e milhares de toneladas são reaproveitadas.

O fato é que este programa se limita a municípios com até 100 mil habitantes, não alcança a maioria desses municípios, está sempre na dependência de decisões políticas de cada governante e não oferece a garantia a muitos serviços que fornecem alimentos aos consumidores, para que possam tranquilamente fazer as doações das sobras em condições de uso, sem correr o risco de serem responsabilizados por algum dano à saúde que possa causar aos beneficiários.

Assim, com a fragilidade notória do programa ministerial de dar a resposta necessária, que possa efetivamente contribuir no combate à fome, justifica-se plenamente a aprovação de uma lei, que dê a sustentação indispensável para a implantação de medidas de reutilização dos alimentos em todo território nacional.

Se esse programa ou similar for ampliado para os demais municípios brasileiros, teremos um forte impacto sobre o quadro da fome no Brasil.

De forma alguma se pretende excluir o MDS da condução desse processo, procura-se, isso sim, oferecer mais um instrumento de peso, para que possa coordenar um projeto de âmbito nacional, com a participação de estados municípios, doadores de alimentos e beneficiários.

Ademais, essa medida enquadra-se perfeitamente nos propósitos e ações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Preocupados com essas mesmas questões, municípios e unidades federadas têm aprovado leis específicas direcionadas a evitar o desperdício e combater a fome.

O fundamento do programa está nas doações de produtores e comerciantes das localidades de alimentos não mais passíveis de serem comercializados, mas perfeitamente saudáveis para o consumo humano. Esses doadores, com a aprovação da lei se sentirão mais seguros e estimulados a participarem ativamente desse processo.

A proposição do Senado restringe-se a autorizar a reutilização de alimentos para fins de doação. Por sua vez, a proposição apensada regula a doação de alimentos às instituições de caridade, disciplinando a matéria de forma mais detalhada, incluindo dispositivos da maior importância, como o que considera Governo e os doadores e donatários de alimentos os responsáveis para avaliar qualidade dos alimentos objetos da doação e aquele que veda a comercialização pelas entidades beneficiadas dos produtos doados.

Há que se observar, contudo, que tais doações somente poderiam se realizadas para instituições de caridades e não de forma direta ou por outros mecanismos, o que nos parece uma limitação a ser superada.

Ademais deve ficar claro o papel de coordenação desse processo pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em suas respectivas esferas de atuação.

E a preocupação com a qualidade dos alimentos a serem reutilizados deve ser compartilhada entre todos os envolvidos, órgãos governamentais devem atuar em conjunto com entidades doadoras e donatárias.

Por tudo analisado, entende-se que as duas iniciativas se complementam, mas necessitam ser aperfeiçoadas, para contemplar os aspectos acima destacados como essenciais para o sucesso da iniciativa. Nesse sentido, apresentamos Substitutivo, que engloba os principais aspectos de ambos os Projetos de Lei e acrescenta novos dispositivos, que entendemos contribuirão para oferecermos um instrumento consistente para o combate à fome pelo fim do desperdício de alimentos.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 5.958, de 2013 e do Projeto de Lei nº 6.006, de 2013, nos termos do Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Jefferson Campos
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N-5.958, DE 2013

Dispõe sobre a permissão para a coleta e a doação de alimentos e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica permitida a coleta de alimentos não utilizados e a promoção de sua distribuição gratuita, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, às pessoas ou famílias em estado de vulnerabilidade nutricional.

Art. 2º Os alimentos de que trata o art. 1º serão recolhidos, em forma de doação, junto a supermercados, empresas, cozinhas industriais, restaurantes, feiras, sacolões ou assemelhados.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, os alimentos são gêneros alimentícios industrializados ou não, preparados ou *in natura*, que, por qualquer razão, tenham perdido sua condição de comercialização sem, contudo, terem sido alteradas as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano.

Art. 4º Os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em suas respectivas esferas de atuação, coordenarão as ações previstas nesta Lei.

Art. 5º A distribuição dos alimentos será realizada diretamente aos beneficiários ou por meio de entidades assistenciais previamente cadastradas e regularizadas junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. As entidades citadas no *caput* deverão prestar contas, mensalmente, sobre as atividades desenvolvidas, incluindo-se o número de pessoas e famílias atendidas.

Art. 6º Os órgãos governamentais competentes, em conjunto com entidades doadoras e donatárias, são responsáveis para aferir a qualidade dos alimentos objetos de doação.

Art. 7º Os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) devem promover campanhas de esclarecimento e de estímulo à doação, redução do desperdício, aproveitamento integral dos alimentos e demais atividades de educação para o consumo.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Jefferson Campos
Relator